A organização como uma questão estratégica: passado e presente

ALVARO BIANCHI
Professor do Departamento de Ciência Política
da Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp) e secretário de redação da revista
Outubro

Há polêmicas às quais só o tempo é capaz de atribuir um sentido. Em 1903, o debate sobre os estatutos do Partido Operário Social-Democrático Russo (POSDR) era incompreensível para a maioria dos socialistas da época. Concentrado na definição dos membros do partido pelo primeiro parágrafo dos estatutos, essa discussão produziu algumas das páginas mais densas e difíceis de ler da história política do socialismo. As posições dos antagonistas não pareciam, entretanto, muito diferentes à primeira vista. Para Martov, líder da fração que ficou conhecida como menchevique, deveria ser membro do partido *"todo aquele que, reconhecendo seu programa, trabalha ativamente para executar as tarefas partidárias, sob o controle da direção dos órgãos do Partido"* (MARTOV, 2006, p. 39). Lenin, por sua vez, insistia que era aquele que *"conhecendo o programa do Partido, o apoia, seja com meios materiais, seja com a participação em uma das organizações do partido"* (LENIN, 2006, p. 35).

Ao destacar a importância da participação dos militantes nas organizações do partido, Lenin procurava impedir que o oportunismo organizativo se transformasse num oportunismo político. Duas eram as implicações dessa participação. Primeiro, o partido reconheceria apenas suas próprias organizações, colocando à sua margem organismos independentes, ou seja, que não eram formalmente integrantes da estrutura partidária. Em segundo lugar, a participação direta nos organismos do partido colocaria todos os militantes, sem exceção, sob o controle direto dos demais membros e não apenas de sua direção.

Tanta sutileza não tornava os propósitos da discussão evidentes para todos. Mas Lenin insistiu que esse debate sobre uma pequena questão era, na verdade, o ponto de virada que dava lugar para *"sutilezas oportunistas e para a fraseologia anarquista"* da fração menchevique (2006a, p. 62). Leon Trotsky, como se sabe, estava entre aqueles que não compreenderam a discussão em seu momento e que avaliaram, de modo errôneo, aquilo que estava em jogo. Em seu famoso relatório da delegação siberiana, de 1903, o futuro chefe do Exército Vermelho reclamou que *"o Congresso não justificou as esperanças depositadas nele"* (TROTSKY, s.d., p. 11).

O desenvolvimento político da fração menchevique esclareceu em grande medida essa polêmica. De fato, as sutilezas organizativas de Martov deram lugar rapidamente ao oportunismo político de sua fração. Em 1905, o debate não era mais sobre a organização do partido e sim sobre o caráter da Revolução Russa. Em 1917, esse debate teórico traduziu-se vivamente na participação de socialistas no governo de Alexander Kerenski, bem como na oposição dos mencheviques à insurreição de Outubro e ao novo poder soviético.

Tendências e programa

O tempo também tem ajudado a esclarecer uma polêmica abstrata e, aparentemente, desnecessária da esquerda brasileira. Quando, no final de 2003, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) iniciou a discussão com outras organizações de esquerda para a criação de um novo partido socialista, insistiu que seu programa e sua forma organizativa deveriam ser decididos pela base da nova organização após um intenso e extenso debate. Mas, no dia 19 de janeiro de 2004, uma reunião da qual participaram alguns poucos intelectuais e parlamentares que haviam rompido com o Partido dos Trabalhadores (PT) – dentre eles, a então senadora Heloísa Helena e os deputados Luciana Genro e Babá – decidiu, a portas fechadas, que um novo partido seria criado e que ele funcionaria *"com pleno direito de tendência e profundo respeito às minorias e ao direito de opinião"* (HELENA et al., 2004).

Essa fórmula era ambígua e imprecisa, mas a senadora Heloísa Helena esclareceu o conteúdo dessa definição referente ao funcionamento do novo partido para uma delegação do PSTU. As tendências do novo partido deveriam ser permanentes, assim como eram no PT. O PSTU não era contrário à existência de tendências internas, mas considerava que elas deveriam se organizar apenas durante as discussões que antecederiam os

congressos do novo partido e com base na pauta desses congressos. E, principalmente, propunha por intermédio de seu porta-voz, José Maria de Almeida, que a resolução a respeito de programa, concepção e estatutos fosse decidida pela base do novo partido após um processo de aberta discussão (ALMEIDA, 2003).

Para Heloísa Helena e outros, a existência permanente de tendências era uma cláusula pétrea. Era uma condição e não algo que poderia ser discutido e submetido à decisão coletiva. A cláusula excluía o PSTU de todo debate, a menos que aceitasse o que lhe era imposto. As consequências dessa cláusula pétrea não eram claras. Muitos interpretaram que o funcionamento com base em tendências permanentes era mais democrático. Desenvolveu-se, assim, um debate extremamente abstrato que parecia afirmar-se apenas sobre o terreno organizativo e que resultou no afastamento do PSTU desse projeto político.

Passados seis anos dessa discussão, torna-se cada vez mais claro que ela tinha reflexos políticos importantes. O projeto de um novo partido unitário da esquerda socialista fracassou e no lugar dele foi anunciado o nascimento do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), reunindo apenas uma parte das forças políticas que participaram daquelas discussões. Rapidamente o oportunismo organizativo revelou-se como oportunismo político. As tendências permanentes do PSOL ocultaram a fragilidade programática e organizativa do partido. O programa e a organização das tendências substituíram o próprio partido, que não tem senão resoluções conjunturais e uma participação ocasional de seus membros na vida interna deste.

Sem programa e organização de base comuns as grandes tendências permanentes do PSOL ocuparam todos os espaços de discussão e deliberação desse partido, loteando-o de acordo com suas forças. As reuniões da direção nacional não expressam, senão, o momento no qual o acordo político conjuntural entre as diferentes tendências é reproposto. Os núcleos não passam de uma ficção jurídica ou de biombos para a organização de base das tendências. A participação dos membros na vida do partido se encontra restrita ao momento dos congressos e conferências, mas esta não é efetiva e a única forma de ocorrer consiste no alinhamento com as posições já existentes. A participação não é, desse modo, ativa. É passiva.

Ao invés de um partido o PSOL transformou-se, sob o comando de sua direção, em uma sigla na qual coexistem diversos pequenos partidos, cada qual com seu próprio projeto político. Seus congressos e conferências têm revelado que esses projetos não são apenas diferentes; são antagônicos. As tendências permanentes foram a forma organizativa que impediu essa sigla de ser um partido de militantes e que o reduziu à condição de partido de filiados que são convocados pela direção apenas para resolver os antagonismos internos. As eleições e mandatos são o cimento que garante a unidade dos diversos partidos que compõem a sigla.

Instituídas nos moldes de frações parlamentares as tendências permanentes têm a sua frente deputados, senadores, assessores e candidatos a candidato. A base do PSOL encontra-se alijada de todo controle cotidiano sobre os organismos dirigentes. Sem o controle da base, parlamentares da legenda e seus associados fazem política interna diretamente através dos *mass media*, antecipando-se a decisões dos organismos dirigentes ou mesmo desrespeitando-as e desconhecendo a vontade das bases que dizem representar.

O jornal do PSOL (*Página 50*) e a revista da Fundação Lauro Campos (*Socialismo e Liberdade*) não foram ao que tudo indica senão produtos efêmeros. O site do partido, quando está no ar, reduz-se a divulgar as ações de seus parlamentares e os textos que eles e seus assessores assinam. A política de comunicação, fundamental para todo partido que almeje a hegemonia política, não está pior do que a política de formação. Seis anos após sua fundação nenhuma tentativa nacional ou regional de elevação consistente da qualidade intelectual e política de seus membros foi levada a cabo. Ao invés de políticas de formação ou de comunicação que possam apoiar-se na força coletiva de uma militância existem apenas aqueles substitutos que prescindem de uma participação ativa: alguns seminários nos quais os membros do partido podem ouvir e admirar seus intelectuais e dirigentes e um site que qualquer um pode acessar no conforto e proteção de seu lar.

Democracia e centralização política

O recente debate entre as pré-candidaturas à presidência da República de Martiniano Cavalcanti, Plínio de Arruda Sampaio e Babá mostra em que medida as cláusulas pétreas e os problemas organizativos se converteram em problemas políticos. Sem encontrar sólidos fundamentos programáticos e organizativos a conferência eleitoral do PSOL se transformou em palco para uma luta fratricida. Seja qual for o resultado dessa discussão

uma coisa já é clara: a esquerda perderá a oportunidade de mostrar que é capaz de criar uma nova cultura política e organizativa, militantes se desmoralizarão, novas rupturas ocorrerão. Ninguém na esquerda ganhará; todos perderão.

Apenas seis anos depois de sua fundação já há quem fale no PSOL de retomar o projeto fundacional (PEREIRA et al., 2010) ou de *"resgatar o sentido mais autêntico da fundação do PSOL"* (SOUZA et al., 2010). A evolução da direção desse partido é surpreendente e nem mesmo os mais céticos poderiam prever sua rapidez. Certamente, não é uma evolução positiva. A retomada do discurso da esquerda petista que defendia o partido das origens não é ocasional. A comparação com a trajetória o PT não é mera analogia. Mas essa tragédia pode assumir rapidamente a feição de farsa. A história não se repete do mesmo modo.

Por trás do PSOL legal, que serve de palco para a luta fratricida entre dirigentes, um PSOL real se debate. Ele é formado por militantes dos movimentos sociais e da juventude que ainda apostam num projeto de emancipação social e política, mas que começam a temer pelo futuro do projeto organizativo no qual se engajaram. Para aqueles que pretendem ir além das alternativas eleitorais, das utopias possíveis, do poder local e da gestão do presente, este pode ser um momento para avaliar criticamente a trajetória da esquerda brasileira e retomar o debate estratégico, contemplando sua fundamental dimensão organizativa.

O stalinismo jogou sobre o centralismo democrático um pesado fardo, aquele do centralismo burocrático. A identificação de toda centralização política com o poder absoluto do aparelho levada a cabo pela burocracia soviética encontrou como reação a ideologia individualista preconizada pelo discurso neoliberal, do mesmo modo que formas utópicas do socialismo foram a reação contra o estadocentrismo dessa burocracia.

O momento exige uma retomada do debate sobre a organização em termos políticos e metodológicos. O nexo estratégia/organização precisa ser reconstruído. Assim como a fórmula política da revolução socialista precisa recobrar seu conteúdo realista, expurgando todo gradualismo e possibilismo, a fórmula organizativa do centralismo democrático precisa resgatar seu conteúdo emancipador, expulsando de seu interior todo burocratismo e oportunismo. A reconstrução do nexo estratégia/organização implica na reconstrução dos nexos revolução/socialismo e centralização/democracia.

O centralismo democrático não é um princípio ou uma estratégia, mas um meio para a realização da estratégia com base nos princípios. Também não é uma fórmula fossilizada, inerte ou imutável. Ela é viva, dinâmica e adaptável de modo flexível às conjunturas e situações políticas. Como fórmula organizativa de combate o centralismo democrático deve garantir ao mesmo tempo, a centralização do partido e de sua democracia interna. A condição parece pleonástica, e por isso deve ser discutida com mais atenção. No âmbito de uma estratégia socialista, a centralização e a democracia só podem ser diferenciadas metodologicamente e não organicamente. O nexo que estes termos mantêm entre si é de unidade-distinção. Só têm seu pleno significado na medida em que esse nexo for preservado na vida cotidiana do partido.

Assumir o nexo de unidade-distinção entre a centralização e a democracia partidária implica reconhecer que a democracia é a condição da centralização, ao mesmo tempo em que esta é a condição da democracia. A relação entre ambos os termos não é aquela característica de um jogo de soma zero, no qual o incremento de uma das variáveis implica na necessária diminuição da outra, ganhando uma o que a outra perde. O que garante que a vontade da base partidária seja respeitada é a unidade do partido em torno da vontade de sua maioria. O que permite a unidade do partido, por outro lado, é a participação ativa da base partidária no processo de discussão e deliberação a respeito da estratégia e tática do partido. Desse modo, o incremento da democracia torna possível uma maior centralização, enquanto uma maior centralização implica em uma maior democracia.

A forma na qual esse nexo se torna possível exige modalidades horizontais e verticais de organização e fluxos políticos ascendentes e descendentes. No eixo horizontal uma ampla rede de núcleos ou células de base garante a participação cotidiana dos militantes no partido, aproxima estes da classe trabalhadora e da juventude, discute e delibera sobre as formas de tradução da política e das ideias do partido em iniciativas concretas, controla os organismos dirigentes. No eixo vertical, organizações de segunda, terceira e quarta ordem estruturam a direção do partido nos níveis local, regional e nacional, permitem a representação da base, discutem e deliberam sobre os respectivos níveis da política partidária, controlam os organismos dirigidos.

Os fluxos políticos que conectam essas modalidades horizontais e verticais são ascendentes e descentes. Vão da base para a direção e da direção para a base seguindo o caminho dos organismos verticais. São esses fluxos os que tornam a fórmula organizativa do centralismo democrático uma fórmula concreta, tornando possível não apenas a unidade política necessária para a ação política, como, também, o engajamento, a criatividade e a iniciativa individuais e coletivas imprescindíveis para tal ação.

A instituição de tendências permanentes duplica as modalidades horizontais e verticais de organização, desviando os fluxos políticos ascendentes e descendentes entre elas. A duplicação dispersa energias ao invés de concentrá-las, cria duplas lealdades, impede a centralização efetiva, esvazia organismos de base e dirigentes, cria poderes paralelos afastados do controle da base. Ela impede a centralização efetiva e, ao mesmo tempo, a democracia real. Não é a única causa para tal, mas certamente contribui de modo decisivo para tais disposições.

Em um partido de massas dirigido por uma fração burocrática como o PT o mecanismo de tendências permanentes era um instrumento de defesa das minorias que permitia à oposição de esquerda travar sua luta política. Em um partido pequeno como o PSOL esse é o mecanismo que viabiliza organizativamente a autonomia aos parlamentares, bloqueia a participação efetiva da base nos processos decisórios, alimenta as lutas fratricidas, transforma militantes em filiados e estimula o caráter meramente eleitoral do partido. É um mecanismo de opressão das minorias que impede à oposição de esquerda travar efetivamente sua luta política.

A questão organizativa voltou a ser uma questão estratégica. Enfrentar os problemas organizativos significa, assim como em 1903, discutir qual a estratégia da esquerda. Essa discussão pode parecer sutil e excessivamente abstrata. Mas ainda assim é incontornável. É nela que se decidirá o futuro da esquerda brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Maria. É preciso um movimento unitário por um novo partido. Opinião Socialista, n. 159, 18 set. 2003.

HELENA, Heloísa et al.. Lançamento do Movimento por um Novo Partido. 19 jan. 2004.

PEREIRA, Adolfo et al. Uma proposta de esquerda coerente com o PSOL que fundamos. 24 fev. 2010.

SOUZA, Abdon da Costa et al.. Unificar a esquerda socialista e preparar as lutas. Abr. 2010.

LENIN, V. I. Projeto de Estatuto do partido Operário Social-Democrático Russo (POSDR). FELIPPE, William (org.). Teoria e organização do partido. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 35-37.

LENIN, V. I. Projeto de Estatuto do partido Operário Social-Democrático Russo (POSDR). FELIPPE, William (org.). Teoria e organização do partido. São Paulo: Sundermann, 2006a, p. 61-80.

MARTOV, Y. O. Projeto de Estatuto do partido Operário Social-Democrático Russo (POSDR). FELIPPE, William (org.). Teoria e organização do partido. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 39-44.

TROTSKY, Leon. Report of the Siberian delegation (1903). Londres: New Park, s.d.